
Sá de Miranda por Camilo Castelo Branco

Sá de Miranda by Camilo Castelo Branco

Marcia Arruda Franco

Universidade de São Paulo

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2025.n53a1325>

RESUMO

O romancista escreve o ensaio biográfico-crítico literário sobre o poeta quinhentista no bojo das comemorações pelos 300 anos da morte de Camões, defendendo teses que questionam outros leitores do poeta pré-camoniano, mas que se encaixam no saber crítico concretizado no século XIX acerca da nova poesia de Sá de Miranda.

PALAVRAS-CHAVE: Sá de Miranda; Século XIX; Camilo Castelo Branco.

ABSTRACT

Camilo's essay on Sá de Miranda was written within the hommages that took place 300 years after the death of Camões. He meant to defend some thesis that question other readers of the pre-camonian poet, however he agrees with the eighteenth critical annalysis over Miranda's new poetry.

KEYWORDS: Sá de Miranda; XIX century; Camilo Castelo Branco.

História e sentimentalismo, poetas e raças finas, compilado no mesmo volume de *A Corja*, segunda parte de *Eusébio Macário*, reúne, na seção dedicada a poetas, monografias de Camilo Castelo Branco so-

bre Sá de Miranda e Gil Vicente. A respeito deste último, de saída, numa advertência inicial, “EMBARGOS À FANTASIA DO SR. TEÓFILO BRAGA”, o nosso autor questiona a tese de Teófilo Braga, a ser desenvolvida no século XX por Anselmo Braacamp Freyre, a respeito do desdobramento do autor dos autos em mestre da Balança. Camilo, como os estudiosos de agora, discorda de que o dramaturgo fosse o ourives autor da custódia de Belém:

desconfiei sempre de que o Sr. Teófilo Braga sabia tanto do pai de Gil Vicente, como do pai de Luís de Camões, como da mãe de Sá de Miranda. Faltavam-me provas plausíveis para contraditar-lhe a sua biografia de Gil Vicente; mas sobejava-me aquele simples senso comum que só pelo tino palpa os aleijões históricos. Depois deliberei-me a trabalhar pela verdade quanto o incansável professor labutara de fantasia, e pude averiguar bastantes informações para de todo me convencer que um Gil Vicente fazia os autos e outro Gil Vicente as custódias do reinado de D. Manuel e D. João III. Não inculco a valia do meu escrito como inquestionável, porque há aí *indicações de mera intuição, propriamente minhas*; mas submeto ao exame de quem quer que seja os testemunhos escritos que me encaminharam (Castelo Branco, 1880, p. 225, grifo nosso).

Esse mesmo propósito de corrigir tendo *em mão os testemunhos escritos* dirige o ensaio “Sá de Miranda”, no qual não apenas Teófilo Braga é questionado, mas também Alexandre Herculano. Camilo pode corrigir um detalhe de *Solemnia verba*, contraditando o célebre historiador romântico, a partir de informações que encontrou na leitura das genealogias dos Sá de Coimbra, “gente de ruins entranhas” (Branco, 1880, p. 252):

Alexandre Herculano dava pouco valor ao estudo das linhagens como documentos históricos, posto que empregasse esmerado zelo na edição do Nobiliário do conde de Barcelos, cuja autenti-

cidade exclusiva invalidou com razões há muito conhecidas pelas notas de Manuel de Faria e Sousa ao mesmo Nobiliário.

Se o grande historiador não desdenhasse as genealogias, escusava de confessar-se menos sabedor de um escândalo clerical que fez estrondo no fim do século XV. No vigoroso opúsculo de polémica intitulado *Solemnia Verba* vem de molde contar o refutador da lenda de Ourique como o arcebispo de Braga D. João Galvão, antes de obter a confirmação, que nunca obteve, ia comendo as rendas da mitra; e não sabe dizer até que ponto eram graves as culpas do arcebispo que assim se arriscava a perder a dignidade arquiépiscopal. O caso passou-se assim [...] (Castelo Branco, 1880, p. 251).

E começa a sua narrativa dos acontecimentos em que a dignidade episcopal não será preservada. D. João Galvão tinha por amante a tia de Sá de Miranda, irmã do pai do poeta, o cônego Gonçalo Mendes de Sá:

D. João Galvão, bispo de Coimbra e primeiro conde de Arganil, amou D. Guiomar de Sá, irmã do cônego Gonçalo Mendes de Sá. Dizem memórias que ela era muito formosa e de nenhum modo estéril. O seu amor desabotoou-se em duas flores – dois filhinhos, um menino que veio a ser arcediogo de Lavra e uma menina que professou em Lorvão. Eles, o bispo e D. Guiomar reproduzem-se um pouco em pecado; mas resgatavam-se da culpa fazendo filhos para serviço da Igreja. Feliz culpa, que produziu uma freira e um arcediogo (Castelo Branco, 1980, p. 252).

Nada mais camiliano do que este gosto de polemizar e questionar os acadêmicos e políticos de seu tempo, com interpretações anticlericalistas, no caso, sobre a pouco virtuosa sociedade quinhentista. Não obstante, a argumentação filológica camiliana e o seu uso de genealogias, vidas e memórias como documentos históricos verídicos, nesse “Sá de Miranda”, deixa à mostra uma mundividência oito-

centista, presente na própria refutação de Camilo dos erros que envolvem a biografia, a família e a poesia pouco lida de Sá de Miranda:

não se cuide, porém, que este padre Gonçalo Mendes de Sá, tão cioso da honra da mana, desse exemplo de castidade à família. Ele estava abarregado com uma manceba de quem teve seis filhos, um dos quais se chamava Francisco de Sá Miranda, grande poeta, do qual algumas pessoas extremamente curiosas têm lido três até quatro páginas; mas muitíssima gente o conhece das antigas charadas:

‘Sou poeta português’ – 1.
Poeta português? Uma? É Sá

Assim é que se generalizou nas famílias o nome do poeta (Castelo Branco, 1980, p. 253).

O objetivo de Camilo Castelo Branco é corrigir os estudiosos, por meio da leitura atenta, literal e emendada por induções de mera intuição de testemunhos textuais que ele considera como documentos que registram acontecimentos do passado, como o gênero vida dos autores. Trata-se de esclarecer, pela atenção filológica a uma vírgula, o texto da “Vida do Doutor Francisco de Sá de Miranda”, impressa anonimamente pelo livreiro Domingos, em que Filipa de Sá é a avó e não a mãe do poeta¹:

as pessoas lidas estão afeitas a ouvir dizer a Costa e Silva, a Varnhagem, ao Sr. Cónego Fernandes Pinheiro e ao Sr. Doutor Teófilo Braga que Sá de Miranda era filho de Gonçalo Mendes de Sá e de

¹ A mãe de Sá de Miranda, embora Camilo não saiba, chama-se Inês de Melo, mulher nobre e solteira, e não foi uma camponesa como supôs o nosso autor, a partir da interpretação literal de trecho do auto vicentino. Também foi a mãe de outro grande quinhentista, Mem de Sá, o terceiro governador geral do Brasil.

Filipa de Sá. Aqueles biógrafos interpretaram erradamente a filiação que lhe deu Gonçalo Coutinho na 2ª edição das suas obras em 1614. Gonçalo Coutinho escreve: Nasceu Francisco de Sá de Miranda na cidade de Coimbra, no ano do Senhor de 1495 [...], foi filho de Gonçalo Mendes de Sá e neto de João Gonçalo de Miranda e de D. Filipa de Sá, sua mulher, que era filha de Rodrigues de Sá; etc. Aqui não se nomeia a mãe, é a avó, mulher de João Gonçalves, avô de Sá de Miranda. Vê-se que o biógrafo acintemente deslizou do pai aos avós, como se naquele tempo ou hoje em dia os netos de Sá de Miranda se envergonhassem de ser netos de um cónego fidalgo. Quem quiser ilustrar-se consulte as genealogias manuscritas dos Sás de Coimbra (Castelo Branco, 1980, 253-254).

Além disso, pretende esclarecer a anedota do bordão no primeiro encontro entre Sá de Miranda e a sua noiva, D. Briolanja de Azevedo, irmã de Manuel Machado, cuja vida também serve ao “Sá de Miranda”, de Camilo, como testemunho documental e verídico de seu tempo. Vale notar que Rodrigues Lapa, no século XX, subscreve a interpretação camiliana, que se ancorava, por sua vez, na presunção de uma gralha entre os pronomes demonstrativos, *este e esse*:

o irmão observou-lhe que ela tinha pouca formosura, menor dote e já bastantes anos. Não se demoveu Francisco de Sá. Viu-a, quando já estava residindo na Tapada; e, um ano depois, casou. Diz-se que ela era tão velha que já se abordoava a um pau. Creio que lhe atribuem a velhice à conta do cajado e não reparam que ela teve dois filhos e foi dezoito anos casada. Esta lenda do pau formou-se de um erro de imprensa na Vida de Sá de Miranda, contada por Gonçalo Coutinho. Aí se lê que Francisco de Sá dissera à noiva: ‘Castigai-me, senhora, com esse bordão porque vim tão tarde’ Seria esquisito, porém, e impróprio da irmã de tão graduado fidalgo receber de pau nas unhas o noivo em sua casa. Quem levava o bordão era o poeta. Aquele adjectivo articular esse é um erro tipográfico. Francisco de Sá diria: ‘Castigai-me, senhora, com este bordão

porque vim tão tarde.’ Significava assim que já ia no declinar dos anos, pois excedia os quarenta (Castelo Branco, 1980, p. 259-260).

Mais do que sublinhar o exercício de filólogo atento à letra do texto, o que o habilitará a corrigir o fecho de “O sol é grande”, numa extensa nota de rodapé, como veremos adiante, o ensaio de Camilo evidencia para os leitores atuais a imprecisão de dados históricos, tomados pelo ensaísta como certezas, uma vez que considera genealogias, memórias e vidas como testemunhos irrefutáveis de seu tempo, não distinguindo a *fictio* que lhes é inerente. Desse modo, engana-se a respeito de uma série de fatos hoje refutados pela descoberta de outros documentos sobre: a data de nascimento do poeta (1487, e não 1495), a localização da Quinta da Tapada (em Amares, e não nas Duas Igrejas), a doação da Comenda das Duas Igrejas (cuja prebenda o poeta possuía pacificamente pelo menos desde 1523), a condição social da mãe de Sá de Miranda (nobre, e não camponesa), entre outras coisas.

Ao examinar a “Vida do Doutor Francisco de Sá de Miranda”, Camilo aceita a autoria de Gonçalo Coutinho, embora a biografia seiscentista apareça anônima na edição de 1614, tendo sido atribuída a Gonçalo Coutinho nas *Memórias* do Marques de Montebelo, adiante citadas no ensaio, embora não a este respeito. Camilo aceita esta autoria sem a discutir, pois nem sequer menciona o anonimato do testemunho impresso utilizado, atribuindo, diversas vezes, nos trechos anteriormente lidos, a escrita da vida mirandina ao benemérito de Camões.

Tais equívocos de Camilo demonstram a fragilidade da informação colhida acriticamente nos testemunhos escritos, nas vidas do poeta e de seu cunhado, cuja estrutura discursiva Camilo parece desconsiderar ao tomá-las como discursos verdadeiros. A intenção do ensaísta parece ser a de se habilitar, ou se mostrar apto, para reescrever a narra-

tiva da história literária, com testemunhos escritos do passado, textos desprezados pela historiografia oficial, aqui representada por Herculano. Camilo manipula tais textos por meio de uma crítica filológica, que é muito mais uma correção ou revisão da sua letra, do que um cuidado em ouvir criticamente as informações históricas implicadas pelo uso e aplicação social desses gêneros fictícios de escrita.

Para demonstrar a utilidade da leitura de genealogias, memórias e vidas na escrita da biografia dos poetas quinhentistas, e para aferir o seu lugar na história literária, o ensaio camiliano sobre Sá de Miranda pretende contextualizar a sua figura de autor quinhentista canônico entre Gil Vicente e Camões, respectivamente mencionados no início e no fim do ensaio, por meio de laços literários, biográficos e genealógicos.

Camilo Castelo Branco utiliza a genealogia como instrumento de reconstrução da história literária, na medida em que pretende explicar a retirada de Sá de Miranda da corte joanina, por solidariedade a dois primos prejudicados judicialmente no direito sucessório dos bens patrimoniais, por solicitação atendida de uma ex-amante de Dom João III, D. Antónia de Barredo, que se casou com o tio viúvo de Miranda, desapropriando, em favor do seu filho uterino, os primos do poeta, quando enviuvou: “saíra talvez da corte desgostoso e ferido também na sua consciência de legista e na sua sensibilidade de parente de dois homens, iniquamente esbulhados dos seus haveres” (Castelo Branco, 1980, p. 256).

Como não parece convencer-se da própria argumentação, fornece, a respeito da célebre retirada de Miranda do ambiente cortesão, uma cândida interpretação lírico-amorosa das *Lágrimas de Miranda*:

não é fácil rastejar a causa do seu desafecto à vida da corte e refugar-se a tristeza com que viu seus primos esbulhados da herança do pai; mas este desgosto pode ser que não explique o afastamen-

to que mais depressa se deduz do temperamento melancólico e agreste que ressuma das suas elegias à morte da sua amada em Coimbra, a Délia, que tão chorada ficou nos seus poemas e nos dos poetas seus amigos – saudades que frequentemente o salteavam a termos de que se suspendia algumas vezes e mui de ordinário derramava lágrimas sem o sentir (Castelo Branco, 1980, p. 258-259).

Ao fim do ensaio, fica justificado, do ponto de vista de Camilo Castelo Branco, o uso da genealogia e da biografia para a história literária, pois o filho uterino da esposa do tio viúvo de Sá de Miranda, ex-amante de D. João III, que prejudicou os dois primos e amigos do poeta, vem a se casar em segundas núpcias com a amada de Camões, a pequena Natércia:

não levantarei mão deste assunto sem recordar aquele filho de D. Antónia de Barredo que esbulhou os irmãos da herança de seu pai, primo de Sá de Miranda. Chamou-se Rui Pereira de Miranda e casou com D. Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Sousa, dama da rainha D. Catarina. Sá de Miranda era portanto primo terceiro da senhora que Luís de Camões amou – a celebrada Natércia (Castelo Branco, 1980, p. 269).

Embora Camilo deduza acriticamente a biografia das vidas, mostra-se um leitor mais arguto do ficcional e da obra poética, na medida em que as conjecturas baseadas no texto poético consideram uma série de pontos históricos como o da oposição de Gil Vicente a Sá de Miranda, no contexto do teatro, e de sua função morigerante, na sociedade de corte. Logo no início do ensaio em questão, Camilo Castelo Branco lança a hipótese bastante plausível de o *Clérigo da Beira* ser uma alusão explícita a Francisco de Sá, filho do cônego Gonçalo Mendes de Sá:

é de suspeitar que Sá de Miranda, o clássico iniciador da escola italiana, menosprezasse a reputação mais genial e menos culta de

Gil Vicente; e naturalmente o autor das Farsas de Folgar meteria a riso na cena o detractor, como usava com personagens de maior respeito. Na farsa do Clérigo da Beira, a sátira a Sá de Miranda é pessoal de mais para a considerarmos mera casualidade. Já sabem que Francisco de Sá era filho de um clérigo. O clérigo da farsa tem um filho que também se chama Francisco. O próprio pai lhe diz com conhecimento de causa:

Filho de clérigo és,
Nunca bom feito farás.
[...]

Pouco antes, vêm à baila os filhos de Fr. Mendo. Haveria intenção de fazer bem transparente a sátira, porque o pai de Sá de Miranda era o padre Gonçalo Mendes (Castelo Branco, 1980, p. 254-255).

Prosseguindo em sua informação genealógica, uma vez que o primogênito de Miranda morreu como cruzado no Marrocos, no Desastre do Monte Condessa, em 1553, Camilo Castelo Branco focaliza a perversidade do filho sobrevivente de Miranda:

Jerónimo, filho segundo e herdeiro de Francisco de Sá, foi um perverso de marca maior. A má natureza dos Sás de Coimbra interrompera-se meio século na existência do poeta; depois, com a pujança da corrente represada que rompe o dique, rebentou na infamíssima índole de Jerónimo (Castelo Branco, 1980, p. 266).

A moralização de Sá de Miranda (mero intervalo virtuoso numa linhagem depravada, que começa com o cônego Gonçalo e sua irmã, e ressurge no segundogênito) permite a Camilo apresentar com anacrônico naturalismo a morte de Jerônimo de Sá (Castelo Branco, 1980, p. 269) e a julgar, quase como um frenólogo, a genealogia dos Sás de Coimbra, quando não se trata de descrição real de entranhas empestadas de vermes, mas de convenções que pintam a punição do

vício e do pecado nas notas do Marquês de Montebelo ao nobiliário do conde D. Pedro²:

Jerónimo de Sá morreu, volvidos anos, devorado por piolhos, chagado até às entranhas, onde se lhe viam cardumes de vermes revolvendo-se na podridão das úlceras, como é publico y notorio, diz a crônica (Notas do Marquês de Montebelo al Nobiliário del conde D. Pedro, impressas na versão de Manuel de Faria e Sousa, pp. 553-55). Eis aqui um avoengo que eu desejava expungir [desta] linhagem dos senhores da Tapada. A descendência deste sujeito feroz promana da segunda mulher que teve a imprudência de o aceitar, demais a mais parenta da primeira. Presumo que as pessoas honestas desta família devem o seu bom sangue a D. Joana de Meneses: as inteligentes estão fruindo a grande herança intelectual do poeta e os mentecaptos e celerados, se os há, devem ter no crânio a proeminência mais ou menos desenvolvida de Jerónimo de Sá (Castelo Branco, 1980, p. 268-269).

Como, além da biografia mirandina e de seus descendentes, o ensaio desdobra-se numa enorme nota de pé de página em que se analisa e corrige o mais célebre soneto de Sá de Miranda, também interessa mostrar como Camilo participa, junto com Teófilo Braga e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de uma reprovação da forma poética mirandina, engendrada em oitocentos, mas característica de

² Por sua vez, o virtuoso se reveste de outra representação do leito de morte, a qual Camilo se apressa em refutar. Ancorado na vida de Manoel Machado, 1º marques de Montebelo, Camilo observa que morreu “tão ajuizado, tão contrito, tão santamente que á hora da sua morte, viram-se dous meninos impalpáveis no seu quarto, um com hóstia outro com um calix” (Castelo Branco, 1880, p. 260). E logo zomba: “uma grande figa feita ao diabo”. Não acredita em anjos, mas sim em entranhas cheias de vermes. Sobre o desleixo físico de Miranda após a morte de D. Briolanja, sem aparar nem unhas nem cabelos, Camilo pondera que a estória das unhas não é limpa (Castelo Branco, 1880, p. 262).

quatro séculos de recepção da poesia de Sá de Miranda. Em outras palavras, Camilo assume duas perspectivas no ensaio sobre o poeta, separadas ao nível da enunciação, a de biógrafo/filólogo historiador da literatura, que desenterra a sua informação por meio de uma leitura acrítica, mais atenta à letra do texto do que ao espírito dos testemunhos escritos (vidas, memórias, genealogias), e a de filólogo/crítico-literário, na medida em que a análise propriamente literária é feita em nota de rodapé.

A VERSÃO CAMILIANA DE “O SOL É GRANDE”

O texto de Camilo passa a interessar como crítica literária, quando descemos à extensa nota de pé de página, que desde o primeiro parágrafo traz considerações produtivas para o estudo do objeto poético:

há um soneto de reputação europêa, entre os trinta e um de Sá de Miranda. Bouterweck, Sismondi e Ferdinand Diniz não o perceberam; mas aclamaram-no admirável. Não espanta que não o entendessem do modo como elle está pontuado na 1ª edição e deturpado na 2ª. Além disso, Sá de Miranda, como diz D. Francisco Manoel de Mello, é tão vernaculo em seu estylo, tão serrado portuguez, que nenhum estrangeiro póde entendei-o. (Hosp. das Letras, pag. 313). É este o soneto que eu pontuei, discrepando da opinião, que vou expôr, d’um eminente litterato (Castelo Branco, 1980, p. 42).

O eminente literato é Gomes Monteiro. A discordância é quanto ao ponto de interrogação.

O sol é grande, caem co’a calma as aves
Do tempo em tal sazão que sói ser fria
Esta água que do alto cai acordar-me-ia?
Do sono não, mas de cuidados graves.
(Sá de Miranda apud Castelo Branco, 1980, p. 42)

Monteiro acha que deve passar do 3º para o 4º verso. Camilo acha que ela é “desnecessária tanto no 3º como no 4º verso”:

em prosa, póde entender-se d’este modo: Se esta agua estrondeasse na queda, acordar-me-hia, não digo do somno, mas dos cuidados graves que me trazem absorto. Depois do verbo acordar, exprime que não se trata do repouso dos sentidos, - o somno, o dormir, mas do espertar da alma retrahida em sua dôr (Castelo Branco, 1880, p. 45-46).

De fato, na 2ª edição, o 3º verso aparece sem pontuação, porém deve tratar-se de uma falha tipográfica, pois só o último verso deste quarteto é pontuado e, no primeiro, falta a palavra “calma”, que vem na errata. Nas outras estrofes do soneto, os versos vêm todos pontuados com vírgula ou ponto final. Ao que parece, Camilo usou a 2ª edição, que já omitia a interrogação no 3º verso.

Alterar a pontuação não é tão grave, ocorrendo a cada cópia/impressão do texto, devendo ser reputada a quem o reproduz. No século XIX, só deve ocorrer em casos especiais e segundo um critério rigoroso de crítica textual, para o qual Camilo pretende ter-se mostrado habilitado, em sua correção dos testemunhos escritos referidos a respeito do poeta, no corpo do ensaio. Na longa nota, considera que a interrogação é desnecessária por não acrescentar nada ao sentido e a suprime. Lê, contudo, os versos finais do primeiro quarteto de forma interessante, salientando os dois sentidos do verbo acordar: primeiro, “acordar do sono” (sentido referido e negado pelo poema); e segundo, “espertar a alma retraída em sua dor”. Neste caso os versos expressariam que a água o acordaria, não no sentido de despertar do sono, mas no outro sentido, de espertar a alma.

Embora “O Sol é grande...” seja o mais comentado dos sonetos mirandinos, o mais elogiado, Camilo Castelo Branco não se contenta

em remanejar sua pontuação, chega a alterar a forma sintático-semântica do último verso, em busca da lição autoral:

O último verso do soneto parece-me que se lê errado em todas as edições. Sá de Miranda talvez escrevesse:

Mudo e secco é já tudo, e de mistura
Tambem fazendo-me eu fui d'outras cores:
Se tudo o mais renova, isto é sem cura.

Com a condicional *se*, não temos a desculpar às exigências do metro a conjunção *e*, tão descabida. Desculpe-se-me a ousadia de trocar a condicional pela conjunção (Castelo Branco, 1880, p. 45-46).

A substituição da aditiva “*e*” pela condicional “*se*” altera o valor sintático das frases, antes coordenadas, e, na versão de Camilo, subordinadas. É uma correção que traz em si bastante ousadia, pela qual o romancista se desculpa. Ela visa explicitar a “mensagem” do poeta, no entender de Camilo. “Se tudo o mais renova, isto é sem cura” é conclusivo, ao opor a morte do indivíduo à renovação cíclica da natureza. Na lição mirandina, “E tudo o mais renova, isto é sem cura”, a conjunção aditiva soa uma nota melancólica nesta oposição entre as ordens do fluir do tempo natural e humano. A correção de Camilo reduz a atmosfera do poema em sua alusão ao passar do tempo, coloca o verso ao nível de uma lógica fechada e conclusiva, própria dum “fecho de ouro”. Sem dúvida, é uma tentativa de facilitar a leitura do soneto para o público leitor português, não acostumado ao “vernáculo cerrado” do poeta. Camilo se coloca como intérprete entre o poema e o público. Como dono do significado, como aquele que desvenda o sentido verdadeiro, critica a dificuldade do público em preencher os vazios deixados pelo estilo elíptico, mas também deixa implícita uma crítica ao estilo obscuro, “clarificado” com a adição

de uma letra que, alterando para melhor – segundo pensa – a lógica sintático-semântica, não chegaria a afetar a métrica do verso final do mais célebre soneto de Sá de Miranda.

Evidenciando a reprovação dos decassílabos de Sá de Miranda engendrada por autores marcados pelo juízo romântico, este texto de Camilo Castelo Branco aproxima-se das recepções da poesia mirandina de Teófilo Braga e Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Apesar de tais leitores enfocarem aspectos distintos da obra mirandina, seus estudos têm em comum a condenação da forma mirandina, em convergência com o histórico recepcional de Sá de Miranda, desde os seus primeiros leitores no século XVI, ao questionarem a capacidade técnica do poeta no quesito do ritmo italiano ausente de seus versos na nova medida.

Teófilo Braga parece ler a poesia mirandina como um surdo, não distingue o hibridismo formal que caracteriza as suas cartas e éclo-gas, afirmando a superação das redondilhas pelo advento da nova medida. A sua tese fundamental é: “Sá de Miranda venceu a chamada escola velha com a sua imitação petrarchista” (Braga, 1896, p. 2) não corresponde a uma leitura mesmo superficial da obra de Sá de Miranda, cujas cartas ou epístolas são escritas em medida velha. Teófilo Braga não vê em Sá de Miranda qualquer duplicidade, que é justamente o ponto crítico da métrica mirandina: a convivência de ritmos medievais, antigos e italianos. Carolina Michaelis de Vasconcelos, por sua vez, abertamente critica a incapacidade de Sá de Miranda em legar textos acabados à posteridade, considerando um defeito a variedade de lições que preservam a obra desse imprudente poeta horaciano.

Abafando o trabalho formal, reprimindo a sua peculiaridade, ou incapaz de percebê-la, a crítica do século XIX espelhou na poesia mirandina a sua própria tensão ética. Não soube lê-la de modo a permitir que essa promovesse um alargamento em seu “horizonte

de expectativa”, através do questionamento de seu “estoque de conhecimentos” a respeito do século XVI, para ficarmos com a terminologia conhecida de H. R. Jauss (1982).

A crítica finissecular oitocentista leu a obra de Sá de Miranda como um desafio que surgia de três dificuldades apresentadas no ato de sua leitura: uma, poética, inerente ao estilo cerrado do poeta; da qual surge uma segunda, a incapacidade de o espírito crítico oitocentista, preso à visão romântica do poético, apreciar a concisão do estilo prosaico de Sá de Miranda; a terceira é de ordem filológica, incompreensões causadas pela pontuação e ortografia das primeiras edições ou dos manuscritos apógrafos, desatualizadas para o século XIX, que dificultavam o entendimento e a interpretação.

A sistematização da ortografia nos textos do século XVI era um problema a ser solucionado (Vasconcelos, 1885, p. CIV) para a filologia oitocentista. A nosso ver, a tentativa de resolução adotada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, ao editar as poesias mirandinas, em 1885, por meio de um projeto homogeneizante e normativo, escondia a impossibilidade de a poesia de Miranda ser lida sem uma reprovação formal. Desprezando os aspectos formais considerados mal conseguidos, limitou-se a um juízo ético e à emenda do texto.

A emenda, todavia, em Camilo, apresenta-se como crítica gramatical da letra do testemunho escrito, a fim de licenciar o célebre escritor como filólogo oitocentista. “Sá de Miranda”, publicado em 1880, no ano do tricentenário da morte de Camões, desenvolve-se como narrativa da história literária, produzindo uma interpretação literária algumas vezes homologada pela crítica novecentista e atual, como no caso do bordão, ou da referência a Francisco de Sá no *Clérigo da Beira*, de Gil Vicente, ou ainda na interpretação de alguns passos do célebre soneto mirandino “O sol é grande”.

Leitor do *Hospital das Letras*, de Francisco Manuel de Melo, e da *Fênix renascida*, Camilo Castelo Branco corrobora o juízo de Diogo de Sousa Camacho com que conclui a extensa nota de análise literária: “as escuridades deste poeta alhearam-lhe as simpatias dos seus naturais. Algum deles, como Diogo de Sousa, na *Viagem ao Parnaso*, considerava Sá de Miranda *poeta até o umbigo, e os baixos prosa*” (Castelo Branco, 1980, p. 265). Poder-se-á dizer que o estigma lançado, no século XVII, por Diogo Camacho acerca do prosaísmo mirandino está na raiz da condenação formal que ressaltamos na leitura camiliana de “O sol é grande” e na de seus pares, Teófilo Braga e Michaëlis.

“Sá de Miranda”, de Camilo Castelo Branco, apresenta uma concretização da obra mirandina, homologada, no todo ou em parte, pela comunidade crítico-literária nos séculos XIX, XX e XXI. A mais importante lição camiliana talvez seja o convite de retorno aos arquivos, à releitura de outros gêneros de texto, como memórias e genealogias, embora com outra filosofia da narrativa histórico-literária, mais afim do tempo atual, em que o testemunho textual nos apresenta não uma prova histórica do acontecimento passado, mas um modo de reproduzir, na escrita e na sua materialidade documental, valores, concepções e desejos do seu tempo, ou seja, a sua *forma mentis*.

RECEBIDO: 07/06/2024

APROVADO: 09/08/2024

REFERÊNCIAS

BRAGA, Teófilo. *História dos quinhentistas: vida de Sá de Miranda e sua escola*. Porto: Livraria Chardron, 1896.

CASTELO BRANCO, Camilo. *História e sentimentalismo: poetas e raças finas*. Porto: Lello & Editores, 1980.

CASTELO BRANCO, Camilo. *História e sentimentalismo, poetas e raças finas*. Porto/Braga, Livraria Internacional Ernesto Chardron ed., 1880.

JAUSS, Hans Robert. *Toward an aesthetic of reception*. Minneapolis: Minnesota Press, 1982.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*: Edição feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas, acompanhadas de um estudo sobre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato. Halle: Max Niemeyer, 1885. Edição Fac-similada. Lisboa, INCM, 1989.

MINICURRÍCULO

MARCIA ARRUDA FRANCO é Professora de Literatura Portuguesa Livre-docente da Universidade de São Paulo, Pesquisadora do CNPq 2, líder do GP Reescrever o século XVI (CNPq/USP), colaboradora do CIEC/UC, Professora externa do Doutorado em Filologia Moderna da Universidade de Salamanca. Publicou 6 livros sobre autores quinhentistas, 4 em Portugal e 2 no Brasil.